



FOLHA VERDE

107

Número 107 | março de 2020
Distribuição gratuita | www.osverdes.pt



Um alerta para a Humanidade chamado COVID-19

Por **Heloísa Apolónia**

O surto de COVID-19, transformado numa pandemia de larguíssima dimensão, veio impor-nos uma nova forma de vida. Precisamos de respostas sustentáveis. Construir um país com prioridades políticas diferentes, como o PEV alerta há muito.

#pág. 4 e última página



Açores

Por **Victor Cavaco**

Produzir e consumir local no combate às Alterações Climáticas e na gestão dos resíduos nos Açores. Não faz sentido construir uma central de incineração em São Miguel.

#pág. 17

Bem-Estar Animal

Por **Mariana Silva**

As questões dos animais estão cada vez mais presentes nas preocupações dos portugueses e sobretudo deverão estar entre as prioridades do poder local, com o apoio do Estado.

#pág. 20

Acampamento Ecojovem 2020

“A Juventude e os Recursos Minerais”

27 a 30 de Agosto, na **Guarda**



Ação Ecologista no Parlamento

O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes é constituído, atualmente, por dois deputados:

José Luís Ferreira, eleito pelo distrito de Setúbal e que assume também as funções de presidente do Grupo, e Mariana Silva, eleita pelo distrito de Lisboa. Os dois deputados têm em mãos a tarefa laboriosa de levar à Assembleia da República a Voz Ecologista, a voz de todos aqueles que, de Norte a Sul do País, nos fazem chegar as suas preocupações, necessidades e protestos.



Com determinação e ação de proximidade, os dois deputados do Grupo Parlamentar Os Verdes continuarão a ser o motor de uma ação ecologista que tem por matriz promover a justiça social e ambiental. As prioridades são o combate às alterações climáticas, a proteção da biodiversidade e a conservação da natureza, o ordenamento do território e o combate às assimetrias regionais, o reforço do Serviço Nacional de Saúde e de todos os serviços públicos, sem esquecer a promoção e o desenvolvimento do interior do país e do mundo rural, a luta por mais e melhores transportes públicos e a promoção da mobilidade, e uma pesca e agricultura sustentáveis.

Com um trabalho continuado e permanente nas áreas anteriores, que se concretiza por via da apresentação de propostas concretas como projetos de lei ou de resolução, a ação ecologista no parlamento beneficia também da interação constante com a realidade e com o contacto direto



com as populações, por meio das diversas deslocações, visitas e audiências que são realizadas e visam dar resposta às solicitações dos cidadãos e às suas preocupações e anseios.

No início desta legislatura, uma das tarefas complexas prendeu-se com o debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2020. De facto, das eleições de 6 de outubro saiu uma diferente correlação de forças e de composição da Assembleia da República, que, não dando maioria absoluta ao Partido Socialista, deixou bem clara a necessidade de concertação no parlamento com as restantes forças políticas. Daí que a posição do PEV e do seu Grupo Parlamentar em optar pela abstenção na altura da votação da proposta de OE2020 reflete essencialmente o seguinte: apesar de não existirem recuos nas conquistas que se conseguiram com a anterior legislatura e solução de Governo, também se verifica que não há avanços significativos e necessários, nomeadamente

no reforço de meios humanos e materiais no Serviço Nacional de Saúde, na escola pública e na valorização dos serviços públicos, tendo em conta toda a fragilidade a que chegou o setor público, seja nas forças policiais, na educação, na justiça. Ainda assim, Os Verdes apresentaram 62 propostas de alteração ao OE 2020, das quais 23 foram aprovadas, destacando-se o reforço de meios humanos para a conservação da Natureza, o reforço da rede de centros de recolha de animais e a eficiência energética.

Os serviços públicos estão e continuarão a estar em rutura, sendo ainda mais preocupante esta situação deficitária face à necessidade de dar resposta à ameaça atual da pandemia de COVID-19, originada pelo novo coronavírus.

De entre a multitude de áreas e temas de intervenção de Os Verdes, sem dúvida que as questões da Saúde, dos resíduos e da Conservação da Natureza têm e continuarão a merecer um maior destaque.

Um alerta para a Humanidade chamado COVID-19



Heloísa Apolónia

Dirigente Nacional do PEV

O surto de COVID-19, transformado numa pandemia de larguíssima dimensão, veio impor-nos uma nova forma de vida temporária, isolada, recatada, com vista a conter a propagação do novo coronavírus. De repente, os dias da semana acordaram com as características das manhãs de domingo: silenciosos e vazios. As necessidades que se impuseram, os medos, os receios, merecem que os portugueses em geral tomem consciência da importância de termos respostas sustentáveis e que, para isso, precisamos de construir um país com prioridades políticas diferentes, como o PEV alerta há muito:

Questionar as prioridades: obsessão pelo défice vs respostas de que o país precisa

Muitos daqueles que andaram a propalar que a redução do défice era a resposta para tudo, que a diminuição do défice e da dívida pública eram a prioridade das prioridades, juntamente com a mão sempre dada ao sistema financeiro, vieram, em tempo do novo coronavírus, admitir que, para salvar vidas, era provável que tivesse de haver défice. É claro que sim, bem-vindos ao mundo real! A verdade é que a obsessão pela redução do défice travou inúmeros investimentos



fundamentais ao país, necessários para dar meios, nestas e noutras circunstâncias, designadamente ao Serviço Nacional de Saúde, que poderia estar muito menos frágil e muito mais robusto, se não tivesse sido alvo de um constante subfinanciamento. Em bom rigor, a prioridade é o investimento em tudo aquilo que faz falta a um país e é importante ganhar consciência que isso é muito mais importante do que engolir a história do imperativo de redução do défice para cumprir as metas que a União Europeia, distanciada das realidades concretas dos países, impõe cegamente.

Investir no Serviço Nacional de Saúde

O SNS tem sido constantemente subfinanciado, encerraram-se serviços de proximidade, erradicaram-se valências necessárias à população, entupiram-se hospitais, desvalorizaram-se cuidados de saúde primários, desrespeitaram-se profissionais de saúde. Tudo em nome das contas públicas que o país precisava de garantir, enquanto as respostas no âmbito do direito à saúde se tornaram mais precárias.

Mais camas, mais meios técnicos, mais profissionais na área da saúde é um investimento que não é feito em vão, não pode ser visto como uma despesa supérflua, é uma aposta necessária, bastante visível em tempos de pandemia, mas não menos necessária em circunstâncias tidas como mais normais, se pensarmos que mais de 3000 pessoas perderam a vida em Portugal, no ano de 2019, devido à gripe sazonal e que, certamente, vários destes casos, como outros, poderiam ter tido um desfecho diferente se outras fossem as possibilidades de resposta do SNS. Investir no SNS é um imperativo nacional, e dignificar os seus profissionais também – assim se lembrem disso todos aqueles que, num gesto bonito e tocante, aplaudiram à janela todos aqueles que trabalham para salvar as vidas de todos, nos serviços de saúde.



Produzir local / Consumir local

O receio de que alguns bens alimentares deixassem de ser fornecidos deve também alertar-nos para a necessidade de percorrer um caminho onde haja garantia de uma maior soberania alimentar, e, simultaneamente, de uma maior sustentabilidade ambiental no que respeita à produção e à distribuição desses bens essenciais. O problema é que o caminho percorrido tem sido o oposto, até à data: quando aderimos à, então, CEE produzíamos em Portugal cerca de 75% do que consumíamos em termos alimentares. Anos depois os números inverteram-se e passámos a importar cerca de 75% dos alimentos, produzindo cá não mais do que 25%. Foi o que a União Europeia nos impôs, pagou-nos para deixarmos de produzir e para nos tornarmos economicamente dependentes das maiores potências, como a França ou a Alemanha. Produzir em Portugal e consumir produtos portugueses é uma mais valia do ponto de vista ambiental (a pegada ecológica é bem mais reduzida), social (a capacidade de gerar emprego é maior), económico (mais micro, pequenas e médias empresas a proliferar) e da soberania (menor dependência do exterior, ainda mais necessária em tempos de crises ou catástrofes).

Travar a destruição da biodiversidade e combater as alterações climáticas

Independentemente do que possa estar na base do surgimento da COVID-19, o certo é que há uma certeza de que a redução massiva da biodiversidade, que está a ter lugar no mundo (veja-se a destruição da Amazónia), é um fator de fragilização do sistema imunitário do Planeta e é potenciadora de mais e novas doenças, epidemias e pandemias que tenderão a alastrar-se por todo o mundo. Está-se a destruir uma capa protetora do Planeta, que fornece serviços de ecossistemas gratuitos à humanidade, e que os governantes do mundo desprezam em nome dos interesses económicos e financeiros em jogo. Mais, um dos efeitos das alterações climáticas, realçados ao nível científico, é a disseminação de doenças pelo mundo, quer de novas doenças, ainda desconhecidas, quer de doenças típicas de ambientes tropicais, que se tornarão realidade noutros lugares (como a malária). Combater a perda de biodiversidade e as alterações climáticas é dar lugar à defesa da humanidade e de todas as formas de vida de um Planeta, ainda rico pela sua diversidade, mas efetivamente ameaçado pela ganância do capitalismo!



Ação Ecologista em Vendas Novas

Tiago Aldeias

Deputado
Ecologista
na Assembleia
Municipal
de Vendas Novas



Tem sido o Poder Local, ao longo dos anos pós-revolução do dia 25 de Abril de 1974, o grande responsável pelo esforço na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente. Certo é também que foram no passado, e continuam a ser hoje, os locais onde, nos órgãos autárquicos a CDU tem maior intervenção, que se conseguiu ir mais longe na concretização destas medidas, como por exemplo numa política de ordenamento do território com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando espaços verdes e zonas de lazer, até à luta pela redução tarifária dos

transportes colectivos e defesa da sua gestão pública, entre muitas outras medidas significativas no combate às alterações climáticas. Também na resistência às imposições nacionais e internacionais, que procuram sempre tornar tudo num negócio, mais do que resolver os problemas concretos ou sequer mitigar as consequências de anos de degradação do ambiente, sem ter em conta a finitude dos recursos do Planeta.

Assim se passa também no Concelho de Vendas Novas, onde a intervenção da CDU e dos seus eleitos foi e é determinante na exigência de medidas no sentido da proteção do equilíbrio ambiental e ecológico. Prova disso é a moção apresentada pela bancada da CDU, na mais recente reunião da Assembleia Municipal, e aprovada por maioria, exigindo ao município que “intensifique as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais, contribua para prevenir as causas que estão na origem das alterações climáticas”.

A intervenção no plano nacional não pode estar desligada da intervenção no plano local, e a coerência do trabalho do Partido Ecologista Os Verdes exige dos seus eleitos um trabalho empenhado na defesa das suas causas. Deste modo, Os Verdes, integrando a bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas, têm intervindo de forma exigente contra tudo o que sejam movimentações em torno das possibilidades de privatização da água e denunciado a ausência de qualquer investimento da gestão do PS na realização de intervenções na rede de abastecimento de água com vista à redução das perdas e desperdícios.

Também no plano do trabalho junto dos cidadãos portadores de deficiência, através da apresentação da moção “Pelo direito ao diálogo e participação das pessoas com deficiência”, pretendemos alertar para a necessidade de estímulo e oportunidade da “participação das pessoas com deficiência e das organizações cívicas promotoras da inclusão, nas discussões das políticas de inclusão promovidas pela Autarquia”, bem como o apoio

necessário às mesmas associações, dando, assim, expressão ao trabalho desenvolvido pelos Verdes na Assembleia da República em torno desta matéria.

Ou ainda a reivindicação que fizemos junto da Autarquia, que levou à realização de obras no Centro de Recolha Oficial – Canil Municipal, aproveitando as verbas disponibilizadas pelo Governo, verbas estas incluídas em Orçamento do Estado por via da exigência de Os Verdes na Assembleia da República.

A apresentação de projetos, medidas e ações nos órgãos locais onde temos eleitos, coerentes com a ideologia política do Partido e com a intervenção dos nossos deputados eleitos na Assembleia da República, assim como com as decisões da nossa Convenção Ecologista ou a intervenção cívica no dia-a-dia mesmo onde não conseguimos ser eleitos, é determinante na construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

ECOBOLETIM

Boletim Informativo
da **Juventude do Partido Ecologista “Os Verdes”**



Ecojovem celebra o seu 31º Aniversário

A Ecojovem celebrou o seu 31º aniversário no passado mês de fevereiro, na companhia do coletivo regional de Santarém do Partido Ecologista Os Verdes.

A data foi celebrada com uma visita à Casa-Museu dos Patudos, em Alpiarça. Uma visita caracterizada por um enriquecimento histórico, cultural e social para todos aqueles que nela participaram e um momento de convívio e partilha de conhecimento sobre a história de Alpiarça e da vida de José Relvas.

Posteriormente realizou-se um jantar-convívio na sede do PEV, em Santarém, que contou com a presença da ex-dirigente da Ecojovem e membro da Comissão Executiva do PEV, Sónia Colaço e com membros da Juventude Comunista Portuguesa e da Interjovem/CGTP-IN.

Os 31 anos da Ecojovem são pautados por longas lutas em nome da juventude e do ambiente, culminando, este ano, numa campanha intitulada “31 Anos, 31 Escolas” que pretende, por um lado, demonstrar o trabalho que a Ecojovem e Os Verdes têm desenvolvido nas escolas nos últimos 31 anos, e, por outro, assinalar os problemas que existem no ensino, sobretudo secundário, como a falta de meios humanos e materiais e a falta de investimento num ensino público de qualidade.

Parabéns à Ecojovem – Os Verdes!

Março, mês da Juventude

No dia 28 de março celebra-se o dia nacional da juventude.

Por isto mesmo, o mês de março, um pouco por todo o país é celebrado por vários jovens através de iniciativas promovidas pelos municípios, coletividades e entidades diversas.

Uma rápida pesquisa permite constatar que são cada vez mais as atividades direcionadas para as áreas do ambiente.

Na perspetiva da Ecojovem, embora seja importante continuar a sensibilização nesta área, acreditamos que já passámos há muito esta fase e que está na altura de partir para ações mais concretas.

Vários são os dados que apontam para o facto de existir uma maior consciencialização ambiental na atual década, que as preocupações relacionadas com o ambiente e a qualidade de vida são maiores, mas as medidas ambientais que deveriam promover uma resposta adequada aos problemas que se enfrentam são, ainda, escassas.

Podemos dar vários exemplos concretos:

- Celebrar promovendo a reciclagem. Para nós, jovens ecologistas, foi o nosso bê-á-bá. Sabemos hoje que a reciclagem não é a solução para um dos maiores problemas que enfrentamos: a produção de resíduos. Não só sabemos que nem todos os materiais são recicláveis, como sabemos que nem todas as formas de reciclagem são possíveis, nem tão pouco o mercado liberalizado está preocupado com questões que sejam rentáveis. O que fazer então? Do nosso ponto de vista, o mais importante seria a implementação de políticas públicas de redução de resíduos e temo-lo defendido nos últimos anos. Reduzir o consumo, reduzir a quantidade de lixo que é produzido, através, por exemplo, do embalamento. Infelizmente, continuamos

a ver Governos coniventes com a indústria do lixo que não regulam/legislam no sentido de proibir o excesso de embalamento. Os passos dados são insuficientes..

- Celebrar promovendo práticas individualistas. Embora seja óbvio que as práticas individuais são importantes na preservação ambiental, e, também, na sensibilização, a verdade é que mesmo que todos as pratiquemos, os problemas ambientais não se resolverão. Especialmente, quando sabemos que são as grandes indústrias, a agro-pecuária ou o setor dos transportes que mais contribuem para este flagelo. Promover práticas de poupança de água em casa, ou de diminuição do uso de eletricidade são exercícios

realmente importantes, mas restringir as ações apenas a estas práticas, ignorando questões como o desperdício de água na indústria têxtil ou a falta de políticas florestais concretas, ou falar da forma como a eletricidade que gastamos em casa produz gases com efeito de estufa sem falar do uso individual de automóveis e a falta de investimento nos transportes sobretudo ferroviários, é alienar a discussão e fugir às verdadeiras causas das alterações climáticas.

Por isso os jovens ecologistas apelam que março seja um mês de discussão de políticas de juventude sérias, entre as quais, políticas ambientais que contribuam para um futuro com maior justiça ambiental e justiça social.



Refugiados Climáticos



Íris Marques

Membro do Coletivo de Lisboa da Ecolojovem – Os Verdes

Apesar de a crise dos refugiados estar na ordem do dia, a questão dos refugiados ou deslocados climáticos é muitas vezes ignorada e desvalorizada. Podemos dizer que há uma maior consciencialização dos perigos das alterações climáticas, mas o seu impacto nas deslocações forçadas ainda não está a receber a atenção necessária.

Não nos deixemos enganar! Este é um fenómeno preocupante e com dimensões assustadoras e, com a crise climática que a humanidade enfrenta, a tendência é intensificar-se. Atualmente, existem mais pessoas a abandonar os países de origem devido a catástrofes naturais do que por guerras.

Há quem considere que os refugiados climáticos não são “verdadeiros refugiados”, mas a realidade é que falamos de pessoas, e famílias inteiras, que se vêem sem alternativa, tendo de deixar a vida que têm na sua terra natal por questões climáticas, ou seja, são forçados a fugir.



No entanto, o estatuto de refugiado climático ainda não está consagrado no direito internacional. Não faz qualquer sentido obrigar uma pessoa a voltar ao país de origem, quando não tem condições para sobreviver e vai arriscar a sua vida.

A verdade é que as alterações climáticas provocam um número muito elevado de refugiados e de vagas migratórias, pelos efeitos destruidores que têm. Falamos de extremos climáticos, como secas prolongadas e cheias, da desertificação dos solos e da subida do nível do mar, sem esquecer que podem também aumentar o risco de doenças.

Alguns dados apontam para perto de 250 milhões de pessoas que, em 2050, poderão ser afetadas pelas alterações climáticas.

Quando falamos de refugiados, seja por motivos climáticos ou outros, falamos de uma questão humanitária e os países que os acolhem devem simplificar os processos e promover a sua integração, entre outras medidas que possam ajudar estas pessoas que estão numa situação vulnerável.

Continua a ser preciso reforçar a tomada de consciência de que os refugiados são pessoas que precisam de ser acolhidas e integradas na sociedade, desmitificando alguns medos e preconceitos que se vão criando e que esquecem que estas pessoas têm direito a viver uma vida digna e com



direitos, e que, uma vez integradas, também contribuem para a economia e o desenvolvimento do país de acolhimento, através do pagamento de impostos, da criação de negócios e consequentemente de novos postos de trabalho e do rejuvenescimento da população.

É urgente adotar medidas que diminuam o impacto das alterações climáticas, sem esquecer os direitos humanos dos refugiados climáticos.

Orçamento do Estado 2020 para a Juventude

No âmbito da discussão do Orçamento do Estado 2020, o Partido Ecologista Os Verdes apresentou um conjunto de propostas de alteração direcionadas à população mais jovem.



Como, infelizmente, já seria de prever, não foram todas aprovadas, ficando de lado as propostas relativas ao reforço de auxiliares e psicólogos nas escolas, bem como à efetivação da educação sexual nas escolas e à redução do número de alunos por turma.

No que diz respeito ao reforço dos auxiliares e psicólogos nas escolas, a Ecojovem considera que, para se poderem prestar bons serviços públicos, é imprescindível que a Escola Pública esteja dotada dos recursos humanos adequados. Esta é uma obrigação do Governo.

De notar que a falta destes profissionais, considerados de extrema importância para toda a comunidade escolar, ainda tem mais impacto nos alunos com necessidades especiais, a quem deveríamos dar mais apoio. Esta é uma obrigação do Governo.

Já a Educação Sexual, que está prevista na legislação portuguesa desde 1984 (Lei n.º 3/84, de 24 de março) e cuja aplicação deveria ter sido iniciada no ano letivo de 2009/2010 (Lei n.º 69/2009, de 6 de agosto), continua sem aplicação na prática. De tal forma que a Ecojovem sentiu a necessidade (e o dever) de dedicar uma campanha a este tema.

Assim, passados 36 anos, a Ecojovem considera que devem ser criadas as necessárias condições materiais e humanas nas escolas com vista à aplicação

da Educação Sexual, tal como a legislação determina. Esta é uma obrigação do Governo.

Quanto à redução do número de alunos por turma, a Ecojovem considera que esta proposta vai ao encontro da realidade vivida e relatada pelas comunidades escolares em Portugal, procurando contribuir para melhores condições de aprendizagem, para uma maior adequação da relação do número de docente/alunos, para respostas pedagógicas mais ativas, individualizadas e diversificadas. Escusado será dizer: esta é uma obrigação do Governo.

No entanto, nem tudo são más notícias. Foi aprovada a proposta de alteração que, sendo aplicada, vai trazer às escolas portuguesas um reforço de desfibriladores automáticos. Sabe-se que, nos casos de paragem cardiorrespiratória, os minutos iniciais são essenciais quer para a sobrevivência, quer para a minimização de danos causados, pelo que faz toda a diferença a concretização desta medida.

Foi também aprovada a proposta de alteração relativa ao programa de Remoção de Amianto. Apesar desta proposta incidir em edifi-



cios públicos de um modo geral, sabemos que, neste grupo, ainda se encontram muitas escolas. O objectivo desta proposta, após saber quais os edifícios que precisam de intervenção, é saber quando serão alvo dessa mesma intervenção.

Desta forma, feito este balanço, assinalamos: quanto às propostas rejeitadas, temos de continuar a lutar por elas e a exigir que o Governo as implemente; quanto às propostas aprovadas, é nossa tarefa fiscalizar o Governo na sua implementação.

Acampamento Ecojovem 2020

27 a 30 de Agosto, na Guarda

“A Juventude e os Recursos Minerais”



Os Verdes estão na rua

com estes 3 cartazes que assinalam 3 das nossas grandes lutas ecologistas e representam algumas das prioridades de intervenção nos próximos tempos.



Açores com futuro

Produzir Local Consumir Local



Victor Cavaco
Dirigente Nacional
do PEV

Os Açores, dada a sua situação geográfica, são uma região de uma beleza e harmonia singulares, mas essa mesma situação geográfica confere grande vulnerabilidade, nomeadamente à cada vez maior inconstância climática.

As tomadas de decisão e opções de desenvolvimento da região não podem ser desligadas desta realidade. Ora, o Governo Regional dos Açores aprovou recentemente o Programa Regional para as Alterações Climáticas, pelo Decreto Legislativo Regional 30/2019/A de 28 novembro, no entanto, parece mais tratar-se apenas de um documento a cumprir calendário e desfasado da prática no terreno, seja governamental, seja autárquica.

Por exemplo, a construção de uma ciclovia no município de Lagoa junto à linha da costa. Se esta seria aparentemente uma ideia em consonância com a necessária mitigação das alterações climáticas, entra em direto confronto com qualquer programa de adaptação, já que a linha da costa será a mais vulnerável à subida no nível médio das águas do mar, para além da destruição das estruturas lávicas, de interesse geológico, que já ocorreram e continuam, para implantação da estrutura.

Outra decisão contraditória é o projeto de construção de uma central de incineração de resíduos sólidos urbanos em São Miguel, promovido pela Associação de Municípios. Sem dúvida que a gestão de resíduos sólidos é uma das questões mais complexas numa região insular, mas incinerar não pode fazer parte da solução. Esta é uma questão já largamente debatida,



dados os seus impactes negativos no ambiente e saúde pública, e, no entanto, continuam a dar espaço aos promotores/vendedores destas soluções.

Qualquer estratégia de gestão de resíduos, nomeadamente urbanos e equiparados, começa pela redução, pela reutilização dos materiais e, posteriormente, encaminhamento para reciclagem. Nunca por uma solução de fim de linha como a incineração. Uma solução que, além de corromper qualquer política estratégica de redução e reciclagem de resíduos, transforma os diferentes resíduos numa massa gasosa incontrolável de dióxido de carbono, dioxinas, metais pesados e furanos libertados para a atmosfera e que irão contribuir não só para o aumento do carbono na atmosfera, como das substâncias bioacumulativas com potenciais cancerígenos.

Neste momento, os Açores já têm, erradamente, mas têm, uma central de incineração, na ilha da Terceira. Uma infraestrutura que, para além de estar a laborar muito abaixo da sua capacidade por falta de resíduos (menos de 50% do pro-

jetado), está a introduzir na linha resíduos recuperados do aterro para viabilizar e rentabilizar o projeto.

O Governo Regional dos Açores não pode descartar-se das suas responsabilidades na gestão dos resíduos, relegando-a para a esfera autárquica, sob pena de soluções avulsas comprometerem o futuro da região, como se está a verificar.

Há que inverter a “ditadura dos mercados” que continua a injetar no nosso dia-a-dia produtos descartáveis, os intermináveis plásticos e utensílios com elevada obsolescência. Produtos que, numa região insular como os Açores, têm um efeito deveras mais preocupante.

Por essa razão, deve haver uma política mais agressiva que limite a entrada de embalagens supérfluas de plástico, ou não biodegradáveis, nos Açores. Deve ser estabelecida uma estratégia para proibir a utilização de loiças descartáveis, nomeadamente de plástico, assim como os sacos de plástico, pesados ou leves, nomeadamente em grande eventos culturais, como os festivais. A recuperação de materiais para reciclagem deve ter um circuito otimizado e dar especialmente ênfase



à valorização orgânica de resíduos, cuja experiência no Nordeste com a central de vermicompostagem pode ser inspiradora. Estas práticas reduzirão substancialmente a quantidade de resíduos finais que não justificam de todo mais uma incineradora.

O projeto de incineradora para a ilha de São Miguel já vai na sua terceira versão, depois do último concurso ter sido anulado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. Cada vez mais este projeto faz menos sentido, pelo que se justifica o seu abandono e enveredar por uma verdadeira abordagem integrada nos resíduos.

Uma região bastante vulnerável às alterações climáticas, cujos fenómenos extremos, cada vez mais frequentes e de maior intensidade, se vão fazendo sentir com consequências devastadoras, necessita que as decisões tomadas não hipotéquem o seu futuro.



O que aconteceu em outubro passado no porto comercial das Lajes das Flores, totalmente destruído pela tempestade Lorenzo, deve ajudar-nos a ponderar mais ainda as opções de desenvolvimento.

Reduzir a entrada de materiais passíveis de produzir resíduos desnecessários, aumentar a autossuficiência de cada ilha em produtos de primeira necessidade, nomeadamente na alimentação e na energia primária.

Dar corpo a um lema bem ecologista: “Produzir Local, Consumir Local”.

- Desejo aderir ao **Partido Ecologista Os Verdes**
- Desejo participar em iniciativas de **Os Verdes**
- Desejo receber regularmente a **Folha Verde**



**PARTIDO
ECOLOGISTA
OS VERDES**

Nome:

Morada:

Código Postal: - -

Contacto Telef.:

E-mail:

Envie-nos este formulário para a sede do PEV: Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dto. - 1200-651 LISBOA.
Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.

**FOLHA
VERDE** 107

Os Verdes não aceitam que volte o abate de animais abandonados

As questões do bem-estar animal voltaram à discussão na Assembleia da República na primeira semana de março. As questões dos animais estão cada vez mais presentes nas preocupações dos portugueses e sobretudo deverão estar entre as prioridades do poder local, com o apoio do Estado até que se encontre o equilíbrio para a proteção e respeito pelos animais.



Mariana Silva

Deputada
Ecologista

Sabemos que o caminho mais importante a fazer é a sensibilização para a causa animal e para um novo olhar sobre os animais domésticos.

A lei do fim do abate de animais saudáveis em centros de recolha oficiais trouxe uma nova dinâmica a estes espaços que se pretende que sejam de passagem para os animais recolhidos e que estes possam rapidamente ser adotados. Mas até na adoção é necessário ter cuidados que no passado não eram preocupação, é necessário que as pessoas sejam devidamente informadas sobre o que significa adotar um animal e as responsabilidades de se ter mais um membro na família. Tudo isto para evitar que voltem a ser abandonados e até mal tratados.

No entanto, a aplicação da nova lei não está a decorrer da melhor forma em determinados municípios e algumas notícias, umas mais sensacionalistas do que outras, fazem-nos temer caminhos de retrocesso.

Infelizmente, foi isso que vimos por parte do PSD e do CDS, ao revelarem arrependimento por terem votado a lei do fim do abate a animais saudáveis, uma lei promovida pelo PCP e que foi aprovada por unanimidade, lamentando agora aspetos da aplicação da lei e problemas que a mesma poderá estar a causar em determinados municípios, e esquecendo-se que a construção de uma lei justa e equilibrada precisa de tempo, de apoio financeiro e, sobretudo, de sensibilização para a causa do bem-estar animal.

O que sabemos é que mais de 40 anos de abate de animais saudáveis abandonados não resolveram a sobrepopulação dos animais errantes. A reversão dessa prática, em apenas dois anos, tem aspetos que precisam de ser melhorados e adaptados. Os Verdes estão orgulhosos de terem contribuído para essa reversão, mesmo que se



oia já a voz dos Velhos do Restelo que, sem saber de experiência feito, quase que pedem que volte o abate de animais abandonados. Será que é isso que PSD e CDS querem?

Não podemos deixar de lamentar que se opte por correr atrás do agravamento das penas de crimes cometidos em animais, em vez de se esperar pelos resultados do Grupo de Trabalho que Os Verdes propuseram no Orçamento do Estado para 2020. Grupo que será constituído para avaliar a aplicação das duas leis que estiveram em discussão. Falamos, pois, da lei nº 69/2014 sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas e da lei nº 27/2016 relativa a centros

de recolha oficial de animais e proibição de abate de animais errantes.

Os Verdes não podem acompanhar este caminho que parece ser de retrocesso e de lentidão no que diz respeito às questões do bem-estar dos animais fazendo com que se arrastem no tempo e abram portas ao radicalismo, que muitas vezes serve apenas para descredibilizar os passos que se estão a dar. É certo que ao nível municipal devíamos estar já noutra patamar, por exemplo, na concretização de espaços ao ar livre em que as matilhas de cães assilvestrados possam viver, com o acompanhamento do veterinário municipal, como acontece já hoje com as colónias de gatos. Este tipo de intervenção será possível, também, com o envolvimento das juntas de freguesia, é possível promover o bem-estar de todos os animais domésticos que alguém abandonou à sua sorte, pensando (esperamos nós) que essa seria a melhor opção.

Este não é um assunto menor e não podemos permitir o retrocesso. O respeito que tivermos pelos animais dirá muito sobre nós enquanto sociedade.



Curtas Notícias

Destaques da Atividade Ecologista



O PEV continua o caminho da “desplastificação”



Tendo consciência que as embalagens assumem um peso bastante significativo da produção total dos Resíduos Sólidos Urbanos, devemos dar uma particular atenção ao nível da sua redução de produção, diminuição de perigosidade, reutilização, recolha seletiva, reciclagem e destino final.

Nesse sentido, há que tomar medidas para a sua redução como patamar que condicionará depois todos os restantes processos de destino e tratamento destes resíduos.

Os Verdes entendem que há que priorizar a sensibilização, informação, formação e educação dos cidadãos, por um lado, mas por outro, não menos importante, devem ser apresentadas alternativas aos consumidores, para que o cidadão que regularmente se desloca às compras não pague e leve consigo um conjunto de embalagens que têm como fim único o lixo! O consumidor não pode, de todo, rejeitar a embalagem, se precisa do produto, pura e simplesmente porque não consegue o produto sem a respetiva embalagem.

Por isso, o PEV apresentou mais uma iniciativa legislativa visando a prevenção da produção de resíduos de embalagens no âmbito da comercialização de mercadorias, com reflexos na redução da produção de embalagens e consequentemente na redução de resíduos dessa natureza.

Mas, mais uma vez, os mesmos de sempre - PS, PSD e CDS - rejeitaram dar este importante passo para a “desplastificação”.

Os Verdes e a Convenção de Albufeira



Passaram quase 20 anos sobre a entrada em vigor da Convenção de Albufeira, sendo inegável que durante a sua vigência Portugal tem tido (havido) problemas com a gestão dos seus rios internacionais. Os Verdes consideram ser, pois, tempo de rever o convénio com Espanha em matéria de rios luso-espanhóis, de modo mais expresso do que aquele que ficou vincado na Resolução da Assembleia da República n.º 63/2019, de 15 de maio, porque a urgência é cada vez maior face ao problema climático global que se está a verificar, e que requer não apenas medidas eficazes de mitigação, mas também de um processo de medidas de adaptação.

Os Verdes têm vindo a defender insistentemente a revisão da Convenção de Albufeira, de modo a garantir maior sustentabilidade dos nossos rios internacionais e o o reforço de medidas para combater a poluição hídrica e para garantir melhor qualidade da água fluvial e a preservação dos seus ecossistemas.

Por isso, o PEV apresentou e viu aprovado por **unanimidade** um Projeto de Resolução em que recomenda ao governo que: **estabeleça negociações com o Governo de Espanha com vista à revisão da Convenção de Albufeira,**

garantindo um regime de caudais mínimos e de caudais ecológicos diários e instantâneos nas bacias hidrográficas dos rios internacionais em causa e seus afluentes; que a revisão da Convenção de Albufeira seja sujeita a prévia consulta pública e se empenhe no reforço das ações de fiscalização e inspeção ambiental, dirigidas à salvaguarda dos nossos recursos hídricos e à preservação dos seus ecossistemas.

Pelo fim do financiamento público às Touradas



As corridas de touros, mesmo que sob o prisma de um dito «espetáculo cultural», como é por alguns assumido, não podem deixar de ser reconhecidas como comportando uma dose efetiva e nítida de violência, agressão, sofrimento e ferimentos sangrentos infligidos a animais, e até risco permanente de morte para o toureiro, como é assumido pelos próprios defensores da tourada.

A posição pela proibição, pura e simples, das touradas por decreto não tem tido acolhimento no nosso Parlamento. Porém, o que não poderemos ignorar é que não têm que ser todos os portugueses a pagar, com dinheiros públicos, as touradas através dos apoios ou subsídios que são atribuídos a empresas e particulares no âmbito da atividade tauromáquica. Não é justo que assim continue a acontecer. Esta atividade violenta e desrespeitadora do bem-estar animal não pode depender de financiamento público!

Relativamente a esta questão, **o PEV já deu entrada de um Projeto de Lei que visa o impedimento de financiamento público, por quaisquer entidades públicas, aos espetáculos tauromáquicos.**

Mais um passo dado pelo PEV para o bem-estar animal



Os Verdes têm, ao longo dos anos, dado contributos específicos e importantes para o abandono das práticas correntes de abate de animais em centros de recolha oficiais, procurando que essas práticas sejam substituídas pelo método de esterilização como forma de controlo de reprodução de animais. É, justamente, nesse sentido que vai a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, na qual se estabelece um prazo de dois anos para erradicar em definitivo o abate de animais, exceto por razões que se prendem com o estado de saúde do animal ou com o seu comportamento.

Entretanto, decorridos mais de dois anos sobre a entrada em vigor da Lei, entendem Os Verdes ser de extrema importância que a Assembleia da República obtenha um ponto de situação em relação à sua aplicação prática e que disposições em concreto têm sido mais difíceis de implementar, onde e por que razão.

A **iniciativa do PEV**, recentemente aprovada, visa que a Lei n.º 27/2016 seja efetivamente cumprida e, nesse sentido, recomendaram ao Governo que remeta ao Parlamento uma análise detalhada sobre a sua aplicação, com dados sobre o estado em que se encontra cada um dos Centros de Recolha Oficial de Animais (CROA), informando se existem CROA onde ainda se pratica o abate de animais, a razão por que não está a ser concretizada a aplicação da lei e informar sobre o destino, concreto e discriminado, dado às verbas inscritas nos Orçamentos do Estado para 2018 e para 2019, relativas ao apoio aos CROA e às práticas de esterilização.

Última Página

Enquanto é escrita esta última página é decretado o Estado de Emergência em Portugal e o Governo prepara as medidas que o irão acompanhar esse Estado de Emergência.

Em 46 anos de democracia, é a primeira vez que o país decreta um Estado de Emergência e é a primeira vez, desde 1976, que são suspensos vários direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o direito de reunião e de manifestação.

É preocupante o que possa surgir desta perda de direitos. É um facto que, até ao momento, os portugueses têm sido exemplares e, de uma forma geral, têm acatado as orientações e precauções da Direção-Geral da Saúde e do Governo e os dados demonstram que a progressão da pandemia em Portugal tem sido relativamente lenta.

Infelizmente, é desta forma violenta que sentimos bem quais são os serviços fundamentais à população e porque devem ter gestão pública. Algo que Os

Verdes sempre tiveram bem presente. Em primeira instância, sentimos e valorizamos o Serviço Nacional de Saúde e sentimos bem a necessidade de valorizar os seus profissionais de saúde. A reflexão que temos de fazer é o que será necessário para que o Governo tome como prioridade o reforço do Serviço Nacional de Saúde, o reforço da rede de centros de saúde e o acesso de todos a médico de família. Não é o setor privado nem a privatização da saúde que conseguem dar estas respostas.

Da mesma forma, é imperativo entender que o ecossistema Terra é o nosso ecossistema e, ao desestabilizarmos os seus equilíbrios, estamos em muito a colocar-nos em situação de fragilidade.

Estas preocupações que têm estado sempre na base de intervenção do PEV, irão continuar a estar com a mesma força na nossa ação, na nossa intervenção, nas nossas preocupações e reivindicações.

Estamos todos juntos e unidos para fazer face a esta pandemia. Estaremos sempre mobilizados para lutar por um país e um planeta melhores, social e ambientalmente mais justos e equilibrados.

www.osverdes.pt

CONTACTOS DE OS VERDES • **Sede Nacional:** Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir. · 1200-651 Lisboa · Tel.: 213 960 291 · E-mail: pev@osverdes.pt • **Grupo Parlamentar Os Verdes:** Palácio de S. Bento · 1249-068 Lisboa · Tel.: 213 919 203 · Fax: 213 917 424 · E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt • **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal Os Verdes:** Av. de Roma, n.º 14 P - 3.º · 1000-265 Lisboa · Tel.: 218 170 426 · E-mail: aml.osverdes@am-lisboa.pt · Site: <http://pev.am-lisboa.pt> • **Porto:** Rua Passos Manuel, n.º 71, Sobreloja Dir. · 4000-384 Porto · Tel.: 223 281 837 · E-mail: osverdesnorte@gmail.com • **Beja:** osverdesbeja@gmail.com • **Norte:** osverdesnorte@gmail.com • **Centro:** osverdescentro@gmail.com • **Faro:** osverdesnoalgarve@sapo.pt • **Madeira:** pevmadeira@gmail.com • **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1.º Esq. · 2000 Santarém · Tel: 243 324 000 · E-mail: verdesribatejo@gmail.com • **Setúbal:** verdesetubal@gmail.com • **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com

Ficha Técnica

Edição e Propriedade

Partido Ecologista Os Verdes
Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir.
1200-651 Lisboa

Design Gráfico

Bajanca Design
Telf.: 915 337 755
bajanca.design@gmail.com

Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 10.000

BLOGUES • **Os Verdes nos Açores** · <http://osverdesacores.blogspot.com> • **Os Verdes - Centro** · <http://osverdescentro.blogspot.com> • **Os Verdes em Lisboa** · <http://osverdesemlisboa.blogspot.com> • **Os Verdes Madeira** · <http://osverdesmadeira.blogspot.com> • **Os Verdes Norte** · <http://osverdesnorte.blogspot.com> • **Os Verdes no Ribatejo** · <http://osverdesnoribatejo.blogspot.pt> • **Os Verdes Setúbal** · <http://osverdesemsetubal.blogspot.com> • **Os Verdes ao Sul** · <http://osverdesaosul.blogspot.com> • **Ecolojovem - Os Verdes** · <http://ecolojovem.blogspot.com>